



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 16**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO**  
**DE JULHO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezano-  
ve, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara**  
**Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de**  
**Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Bar-**  
**reiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão**  
**Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**,  
declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da  
reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos**  
anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**  
**"CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIÁRIO EM**  
**MORA" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 02 (CP 05-2018):** Pre-  
sente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando  
cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da  
Câmara Municipal de Mora, somos a submeter à aprovação, por parte do órgão  
competente para a decisão de contratar, o documento "Auto de Medição n.º 02"  
referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Cons-

trução da nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora" - Aprovaçao do Auto de Mediao n.º 02 (CP 05-2018). -----

A **Câmara Municipal** de harmonia com o parecer da **Divisao de Obras e Urbanismo**, deliberou por unanimidade aprovar o documento "Auto de Mediao n.º 02" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designaçao de "Construçao de nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora" e a referençia de "CP 05-2018". -----

----- **Ponto um - dois: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**  
**"CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIALRIO EM MORA" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 03 (CP 05-2018):** Pre-

sente informaçao da **Divisao de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, somos a submeter à aprovaçao, por parte do orgao competente para a decisao de contratar, o documento "Auto de Mediao n.º 03" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designaçao de "Construçao da nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora". -----

A Câmara Municipal de harmonia com o parecer da Divisao de Obras e Urbanismo, deliberou por unanimidade aprovar o documento "Auto de Mediao n.º 03" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designaçao de "Construçao de nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora" e a referençia de "CP 05-2018". -----

----- **Ponto um - três: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**  
**"CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIALRIO EM MORA" - APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA (CP 05/2018):** Presente informaçao da Divisao de Obras e

Urbanismo informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da Empreitada com a designação de "Construção de nova rotunda na Avenida do Fluviário em Mora" e a referência de "CP 05-2018", e ao abrigo do número 1 do artigo 362.º do CCP, somos a submeter à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, a atualização do documento "Plano de Sinalização Temporária". -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a atualização do documento "Plano de Sinalização Temporária". -----

----- **Ponto um - quatro: PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA "MELHORIA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO JARDIM DE INFÂNCIA E 1º CICLO DE PAVIA - CONSTRUÇÃO CIVIL" APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº 01 (PR 04-2019):** Presente informação da Divisão de Obras e

Urbanismo informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento "Auto de Medição n.º 01" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Construção Civil" e a referência de "CPr 04-2019". -----

A Câmara Municipal de harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo, deliberou por unanimidade aprovar o documento "Auto de Medição n.º 01" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Construção Civil" e a referência de "CPr 04-2019". -----

----- **Ponto um - cinco: PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA "MELHORIA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO JARDIM DE INFÂNCIA E 1º**

**CICLO DE PAVIA - CONSTRUÇÃO CIVIL" APROVAÇÃO DO CÁLCULO**

**PROVISÓRIO DA REVISÃO DE PREÇOS (CPR 04-2019):** Presente informa-

ção da Divisão de Obras e Urbanismo informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da Empreitada com a designação de "Melhoria de eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Construção Civil" e a referência de "CPr 04-20198", e ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP), procedeu-se ao cálculo provisório da revisão de preços referente aos trabalhos da empreitada em epígrafe, tendo sido apurado o montante de 0,00€ (s/ IVA).-----

Em anexo à presente informação, apresenta-se o respetivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento "Cálculo provisório da Revisão de Preços" que se encontra em anexo à presente informação.----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o "Cálculo Provisório da Revisão de Preços" referente à empreitada "Melhoria de eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Construção Civil". -----

----- **Ponto um - seis: ARQUITETURA E ESPECIALIDADES**

**CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO - PROCESSO Nº 6/2019:** Pelo

Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no presente assunto, por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a

reunião. -----

Presente o seguinte projeto de arquitetura e especialidades, em nome de: -----

- Francisco Pereira Rosa, para construção de muro de vedação no Bairro João Aleixo, Praceta nº. 4, em Cabeção, processo nº 6/2019. -----

Aprovado por unanimidade o projeto de arquitetura bem como os projetos de especialidades harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo. -----

Ato continuo a Sra. Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - sete: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA**

**DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da Divisão de Obras e Urbanismo informando que foi apresentado requerimento por Joaquim Libreiro Rodrigues Barnabé, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1001 da freguesia de Mora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1429 da mesma freguesia, com a área de implantação de 53,30 m2 e de construção de 106,00 m2, situado na R. do Município, n.º 18. -----

De acordo com caderneta predial entregue, verifica-se que o prédio provém do artigo 116, inscrito na matriz antes de 7 de agosto de 1951. Consta ainda que foi melhorado em janeiro de 1954. Após pesquisa em arquivo, foi possível identificar dois processos respeitantes ao imóvel: 0-5/100 de 1955 (ampliação consistente numa arrecadação) e 0-5/37 de 1960 (alteração de fachada - abertura de janela). -----

Sendo assim, presume-se que o imóvel original foi construído em data anterior à da entrada em vigor do regime de licenciamento introduzido pelo RGEU e que foi objeto de pequenas alterações enquadradas pelos processos supracitados.

Assim, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete o assunto a decisão.--

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo.---

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: POPULAR MOMENTS - ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE PAVIA - PROPOSTA DE SUBSÍDIO:**

Presente informação da Unidade de Acção Sócio Cultural informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com Art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18. -----

Na sequência do pedido efetuado, vimos propor a atribuição de um subsídio à Popular Moments - Associação de Festas de Pavia no valor de 2.000,00€, destinado a apoiar as Festas em Honra do Santíssimo Sacramento 2019, conforme documentação anexa. -----

Além do referido subsídio, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial.-----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma actividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio à Popular Moments - Associação de Festas de Pavia no valor de 2.000,00€, (dois mil euros), destinado a apoiar as Festas em Honra do Santíssimo Sacramento 2019, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei

75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

Além do referido subsídio, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial.-----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma atividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

----- **Ponto dois - dois: ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE MALARRANHA -**

**PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** Presente informação da Unidade de Ação Sócio Cultural informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com Art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18. -----

Na sequência do pedido efetuado, propor a atribuição de um subsídio à Associação de Jovens de Malarranha no valor de 2.000,00€, destinado a apoiar as Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima 2019, conforme documentação anexa. -----

Além dos referidos subsídios, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial.-----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma atividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio à Associação de Jovens de Malarranha no valor de 2.000,00€, (dois mil euros), destinado a apoiar as Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima 2019, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de

12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

Além do referido subsídio, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial. -----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma atividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

----- **Ponto dois - três: ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE BROTAS "OS LAGARTOS" PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** Presente informação da Unidade de

Ação Sócio Cultural informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com Art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18.-----

Na sequência do pedido efetuado, vimos propor a atribuição de um subsídio à Associação de Jovens de Brotas “Os Lagartos” no valor de 2.000,00€, destinado a apoiar as Festas em Honra de Nossa Senhora de Brotas 2019, conforme documentação anexa ` presente informação. -----

Além dos referidos subsídios, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial.-----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma atividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio à Associação de Jovens de Brotas “Os Lagartos” no valor de 2.000,00€, (dois mil euros), destinado a apoiar as Festas em Honra de Nossa Senhora de Brotas 2019, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei



75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

Além do referido subsídio, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial. -----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma atividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de 2.429.308,91€, dois milhões quatrocentos e vinte nove mil, trezentos e oito euros e noventa e um centimos, e Dotações não Orçamentais no valor 18.825,92€, dezoito mil oitocentos e vinte cinco euros e noventa e dois centimos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de 2.910,69€, dois mil novecentos e dez euros e sessenta e nove centimos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: PAGAMENTO DE RECIBO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES:** Presente informação da Secção Administrativa informando da carta em nome de Maria João Rosado, residente em Évora, solicitando que o valor do recibo de água, da quantia de 1.710,04 €, referente ao consumidor nº. 1184,

Ana Maria Pereira, Pavia, seja dividido em 49 prestações mensais.-----

Propõe-se que seja retirado o valor de 245.18 €, respeitante aos resíduos sólidos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da referida importância de 1.710,04 €, mil setecentos e dez euros e quatro centimos, seja dividido em 49 prestações mensais, bem como retirar o valor de 245.18 €, duzentos e quarenta e cinco euros e dezoito centimos, respeitante aos resíduos sólidos.-----

----- **Ponto três - quatro: PASSEIO DE VIATURAS 4X4 DESDE CHAVES A**

**SÃO BRÁS DE ALPORTEL DE 7 A 10 DE NOVEMBRO 2019:** Presente informação da Secção Administrativa informando que a Câmara Municipal de S.Brás de Alportel, solicita parecer para um passeio lúdico, de viaturas 4x4, denominado "O Caminho mais Longo", organizado pela Endless Ways, Lda e que a passagem pelo Município terá lugar dia 9 de novembro do corrente ano. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não ver inconveniente à passagem da referida prova pelo Concelho de Mora, nos termos da alínea d) do numero dois e do número cinco da Portaria número mil e cem barra noventa e cinco, de sete de Setembro. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos seguintes despachos

do Senhor Presidente: -----

- Em que determinou abrir procedimento tipo Concurso Público para "Requalifi-

cação da rua 25 de Abril em Cabeção, 2ª Fase", pelo prazo de 15 dias, em conformidade com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos. -----

Mais determino que o Júri do presente procedimento seja constituído por: -----

Efetivos: -----

Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço. -----

Vogal: António Godinho Mourão Costa. -----

Vogal: Luís Pedro Mendes Branco. -----

Suplentes: -----

Lénia Maria Risso Branco. -----

Vitor da Silva Mendes. -----

Determino também aprovar o Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e Minuta do Anúncio, respetivos. -----

Valor base do procedimento é de 120.000,00€. -----

- Em que determinou adjudicar à empresa Cooperativa de Consumo Popular de Cabeção, C.R.L, NIF: 500596336 o "Fornecimento contínuo de bens alimentares e de limpeza", pelo valor de € 8.885,14 (oito mil oitocentos e oitenta e cinco euros e catorze cêntimos), mais IVA, por apresentar a proposta mais vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- Em que determinou, adjudicar à firma Novabit Informática Unipessoal, Lda. - NIF: 503411302 a execução "Plano Integrado e Inovador Combate ao Insucesso Escolar, Município de Mora - Salas do Futuro - Aquisição de Equipamento", pelo valor de € 27.724,21€ (vinte sete mil setecentos e vinte e quatro euros e vinte e um cêntimos), mais IVA, por apresentar a proposta mais vantajosa, com base

nos critérios de adjudicação estabelecidos.-----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- Em que aprovou a 5ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2019, a 6ª Modificação às Grandes Opções do Plano 2019-2022, (5ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022 e a 1ª Alteração ao Plano das Atividades mais Relevantes 2019-2022). -----

- Em que determinou, efetuar o reconhecimento de postos de trabalho permanentes ao abrigo da lei 112/2017, de 29 de dezembro. A citada legislação veio estabelecer os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes/postos de trabalho permanentes da Administração Pública, nomeadamente de autarquias locais, sem vínculo jurídico adequado. -----

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei supra referida, no âmbito das autarquias locais, nas situações de exercício de funções relativamente às quais exista decisão do respetivo órgão executivo que reconheça as necessidades permanentes/postos de trabalho permanentes e que o vínculo jurídico é inadequado, consideram-se verificados os requisitos inerentes àquele regime, nomeadamente o exercício de funções que correspondam ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais e que satisfaçam necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina ou direções desses mesmos serviços. -----

Pelo exposto, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2º, propõe-se que seja reconhecido os postos de trabalho abaixo identificados, correspondentes a

necessidades permanentes/posto de trabalho permanente, estando o mesmo ocupado por trabalhador com o vínculo jurídico inadequado: -----

1 Posto de trabalho; carreira Assistente Operacional, categoria Assistente Operacional, área Atendimento e receção. -----

Acresce que, por força do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, será criado o posto de trabalho, em número estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas. -----

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro). -----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 09 de julho de 2019, ratificado em reunião de Câmara; -----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente;-----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto

de trabalho abaixo indicado, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal: -----

Nr. de Postos de trabalho - Carreira - Categoria - Área de formação académica e/ou Profissional; -----

1 Assistente Operacional - Assistente Operacional - Atividade 14 - Atendimento e receção (UASC); -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: António Luis Fernandes Carlos, Coordenador Técnico; -----

1º Vogal Suplente: Daniela da Paz Anselmo, Técnico Superior; -----

2º Vogal Suplente: Linda Sofia dos Santos Alves, Assistente Operacional. -----

- Em que determinou, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º da Lei 35/2014, de 20 de junho a abertura, pelo período de 10 dias do procedimento concursal para recrutamento de quatro Assistentes Operacionais, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, para ocupação de quatro lugares previstos no mapa de pessoal nomeadamente: -----

Referência a) Setor de Obras - 4 lugares de Assistente operacional -----

Atividade 3 - Executar alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, podendo também fazer o respetivo reboco; proceder ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executar muros e estruturas simples, com ou sem armaduras, podendo também encarregar-se de montagem de armaduras muito simples; executar outros trabalhos similares ou complementares dos descritos. -----

Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, deliberação, despacho ou determinação superior. -----

Com os fundamentos previsto na alínea h), do n.º 1 do artigo 57º da Lei 35/2014, de 20 de junho, em virtude da necessidade de assegurar o serviço na área das Obras. De acordo com o disposto no número 1, do artigo 30.º, do anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do número 4 do mesmo artigo, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, sendo que no caso das Autarquias Locais o parecer é da competência do órgão executivo v.g. artigo 4.º, número 1, do Decreto-Lei número 209/2009, de 3 de setembro, designo ainda como Júri, os seguintes elementos: -----

- Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior do Município de Mora; -----

- 1º Vogal Efetivo António Godinho Mourão Costa, Chefe de Divisão no Município de Mora, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

- 2º Vogal Efetivo: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior no Município de Mora; -----

- 1º Vogal Suplente: Vítor da Silva Mendes, Técnico Superior no Município de Mora; -----

- 2º Vogal Suplente: Joaquim António Matias Gafaniz, Encarregado Operacional no Município de Mora;-----

- Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei 112/2017, de 29 de dezembro) - Três lugares de Assistente Operacional na área Atendimento e receção - Atividade 14. -----

Despacho de Homologação. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final.-----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. -----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria. -----

Lista Unitária de Ordenação Final. -----

Ordenação final - Nome -Classificação Final:-----



1º. Vera Cristina Coelho Pinto - 17,000. -----

2º. Josélia Maria Poeiras Couvinha - 15,300. -----

3º. Linda Sofia dos Santos Alves - 13,700. -----

- Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei 112/2017, de 29 de dezembro) - Um lugar de Técnico Superior, na área do Jornalismo e comunicação. -----

Despacho de Homologação. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final. -----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. -----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria.-----

Lista Unitária de Ordenação Final: -----

Ordenação final - Nome - Classificação Final:-----

1º. Cláudia Sofia Ferreira Figueiredo David -16,800. -----

- Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei 112/2017, de 29 de dezembro) - Três lugares de Assistente Operacional na área das Obras - Atividade 4. -----

Despacho de Homologação. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final. -----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.-----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria.-----

Lista Unitária de Ordenação Final. -----

Ordenação final - Nome - Classificação Final. -----

1º. José Miguel Casanova - 16,900. -----

2º. José Manuel Simões Canelas - 16,100. -----

3º. Válder Alexandre Gandrita Sarmento -16,00. -----

- Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei 112/2017, de 29 de dezembro) - Um lugar de Assistente Operacional, na área das Oficinas. -----

Despacho de Homologação. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final. -----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. -----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria. -----

Lista Unitária de Ordenação Final. -----

Ordenação final - Nome - Classificação Final.-----

1º. Pedro Miguel Vicente Farrusco -17,000. -----

- Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei 112/2017, de 29 de dezembro) - Um lugar de Assistente Operacional área Cafetaria e Restauração (Fluviário). -----

Despacho de Homologação. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final. -----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. -----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria. -----

Lista Unitária de Ordenação Final:-----

Ordenação final - Nome - Classificação Final: -----

1º Rosa Maria Ramalhão de Oliveira - 18,783. -----

- Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei 112/2017, de 29 de dezembro) - Um lugar de Assistente Operacional na área dos transportes - Atividade 3. -----

Despacho de Homologação. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final bem como todas as deliberações tomadas pelo júri do presente procedimento concursal. -----

Nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do ato e homologação da lista unitária de ordenação final. -----

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36º, da referida Portaria a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública, disponibilizada na sua página eletrónica - ([www.cm-mora.pt](http://www.cm-mora.pt)). Sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. -----

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do nº 3 do art.º 39 da referida Portaria. -----

Lista Unitária de Ordenação Final: -----

Ordenação final - Nome - Classificação Final: -----

1º José Manuel de Carvalho Gomes - 19,400. -----

----- **Ponto cinco - dois: SUBSCRIÇÃO PACTO PARA O DESENVOLVI-**

**MENTO LOCAL - 2030 - LEADERSOR:** Presente informação do Senhor Presidente da Câmara informando que o trabalho desenvolvido pelo LEADERSOR na gestão de fundos comunitários tem tido uma influência bastante positiva nos Concelhos da sua área de intervenção. A Câmara Municipal de Mora é sócia desta Associação de Desenvolvimento Local e é um facto concreto que o Concelho tem beneficiado de vários projetos financiados através da referida Associação. -----

Face ao exposto, proponho a subscrição do Pacto para o Desenvolvimento Local 2030 conforme proposta da LEADERSOR. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta do Senhor Presidente indo proceder à subscrição do Pacto para o Desenvolvimento Local 2030 conforme proposta da LEADERSOR. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu,

Assistente Técnica exercendo

funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-